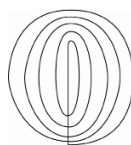


# OBJECTO

EDIÇÃO DE 2021 do

## COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2018-2021 FCT Project PTDC/ FER-FIL/28442/2017



Editado por  
Ricardo Santos e Pedro Galvão

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2021 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Objecto  
Copyright © 2021 do autor  
João Branquinho

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0083>

Todos os direitos reservados

### **Resumo**

A partir de uma perspectiva meta-ontológica, discutimos três maneiras possíveis de caracterizar a noção de objecto, entendida como a noção categorial mais inclusiva de todas. Designamos essas caracterizações por Quineana ou Quantificacional (“ser um objecto é ser um valor de um variável”), Aristotélica ou Predicativa (“ser um objecto é ser um sujeito potencial de predicacões”) e Meinongiana ou Linguístico-Mental (“ser um objecto é poder ser referido em alguma linguagem ou no pensamento”). Trata-se apenas de designações convenientes, não havendo qualquer pretensão exegética no sentido de uma atribuição dessas caracterizações às figuras históricas que estão na origem das designações. Argumentamos que a concepção aristotélica é, tentativamente, aquela que apresenta desvantagens menos sérias e que é assim a mais recomendável do ponto de vista da meta-ontologia.

### **Palavras-chave**

Objecto, ser, referência, predicacão, quantificacão.

### **Abstract**

From a meta-ontological perspective, the paper discusses three possible ways of characterising the notion of object, this being construed as the most inclusive “categorial” notion. Such characterisations are labelled as follows: the Quinean or Quantificational notion of object, given in the claim “to be an object is to be a value of a variable”; the Aristotelian or Predicative notion of object, given in the claim “to be an object is to be a (potential) subject of predications”; and the Meinongian or Linguistic/Mental notion of object, given in the claim “to be an object is to be possibly referred to in some language or in thought”. These designations are a mere convenience and are not supported by any exegetical claims to the effect that the associated views can be attributed to the historical figures from which the designations somehow originate. The paper argues that the Aristotelian notion of object is the one which presents fewer serious drawbacks and is thus the notion that should be recommended for meta-ontological purposes.

### **Keywords**

Object, being, reference, predication, quantification.

# Objecto

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0083>

## Introdução

Este artigo pretende ser um exercício de meta-metafísica, ou melhor, de meta-ontologia. Não discutimos, pelo menos directamente, aquela que tem sido muitas vezes tomada como a questão fundamental da ontologia, uma questão que tem recebido diversas formulações (nem sempre equivalentes), entre as quais as seguintes: **O que é que há?**, **Que objectos há?**, **O que é que existe?**, **Que objectos existem?**, **Que tipos fundamentais de objectos há?**, **Que tipos fundamentais de objectos existem?**. Discutimos antes diversas maneiras de construir as noções centrais usadas em formulações correntes da questão, e, muito em particular, a noção de **objecto**; embora alguma coisa seja também dita sobre as duas outras noções aí empregues, as de **ser** (que supomos ser dada nos idiomas 'é', 'há') e **existência** (que supomos ser dada no idioma 'existe'), as quais não assumimos à partida que sejam sequer co-extensionais. Naturalmente, a meta-ontologia, a maneira como estas noções devem ser caracterizadas, tem consequências óbvias para a ontologia propriamente dita, ou seja, para a maneira como se deve responder à questão 'Que tipos fundamentais de objectos há, ou existem?'

A conexão entre a noção de objecto e a noção de ser deixa-se imediatamente delinear da seguinte maneira, a qual é deliberadamente estipulativa. Vamos entender o idioma filosófico tradicional – algo bizarro<sup>1</sup> – do ser, dado no esquema predicativo **x é/não é** ('Platão é', 'Pégaso não é'), como simplesmente abreviando o esquema **x é um objecto**, ou, numa interpretação de alguma maneira mais restritiva, o esquema **x é algo**. E entendemos a questão clássica acerca do que é o ser no sentido de uma questão acerca do que é ser um objecto. Usamos predicados como 'entidade' e 'coisa' no mesmo sentido do predicado 'objecto', como introduzindo a categoria ontológica (por assim

<sup>1</sup> Mas veja-se o que Fernando Pessoa diz: 'Se quiser dizer que existo, direi "Sou"'

dizer) mais inclusiva de todas, ou seja, no sentido de predicados que absolutamente tudo satisfaz.<sup>2</sup>

A nossa questão é então a seguinte: 'O que é um objecto?'. Ou melhor, reformulada como meta-ontológica, a nossa questão é a seguinte: 'De entre as diversas noções de objecto disponíveis, qual devemos adoptar como sendo a mais satisfatória?'

Discutimos três maneiras possíveis de caracterizar a noção de objecto, as quais designamos por **Quineana** ou **Quantificacional**, **Aristotélica** ou **Predicativa** e **Meinongiana** ou **Linguístico-Mental**. Trata-se apenas de designações convenientes, não havendo qualquer pretensão exegética no sentido de uma atribuição dessas caracterizações às figuras históricas que estão na origem das designações. Muito provavelmente, há alguma semelhança, mesmo que ténue, entre a substância daquilo a que vamos chamar 'caracterização Meinongiana' da noção de objecto e certos pontos de vista atribuíveis a Alexius Meinong. A existência de semelhanças deste género é tudo o que temos em mente com a escolha daquelas designações e está longe de implicar quaisquer teses exegéticas (embora, no caso de Willard Quine em particular, haja mais do que uma semelhança ténue).

As caracterizações Quineana, Aristotélica e Meinongiana lançam de algum modo luz sobre a noção de objecto em termos das noções de quantificação, predicação e referência (respectivamente). Eis, através de fórmulas simples (e mutuamente equivalentes em cada caso), a essência de cada uma dessas caracterizações.

<sup>2</sup> Adoptamos assim à partida o ponto de vista designado como 'The Umbrella View' por Rettler and Bailey (2017: 1-3), que o rejeitam. Nesse ponto de vista, não há distinção entre objectos e propriedades (propriedades podem ser objectos de um certo género). O ponto de vista é subscrito por Jonathan Lowe (2005: 915), embora ele use os termos 'coisa' e 'entidade' em vez de 'objecto', e é famosamente rejeitado por Gottlob Frege, que distingue entre objecto e conceito (Frege 1892). Todavia, a nossa adopção da noção de objecto como a mais inclusiva de todas é mais uma estipulação do que outra coisa. Ela permite-nos, em particular, descrever as concepções discutidas em seguida como introduzindo diferentes noções de objecto nesse sentido do termo.

As teses que caracterizam a concepção Quineana de objecto são as seguintes:<sup>3</sup>

1. **Ser é ser quantificável**
2. **x é um objecto se, e só se, x é um valor de uma variável quantificada**
3. **Objecto  $x \leftrightarrow \exists y x = y$ .**

As teses da concepção Aristotélica são por sua vez estas:

1. **Ser é aquilo do qual algo é predicável**
2. **x é um objecto se, e só se, x é um sujeito de predicacões**
3. **Objecto  $x \leftrightarrow \exists y y$  é predicável de x.**

E eis as teses da concepção Meinongiana:<sup>4</sup>

1. **Ser é ser referível**
2. **x é um objecto se, e só se, x é referível (x pode ser nomeado por alguma mente ou em alguma linguagem)**
3. **Objecto  $x \leftrightarrow$  Pensável x.**

Vamos em seguida proceder a uma introdução detalhada de cada uma das três concepções da objectualidade, e, depois, a um exame sumário das principais dificuldades que cada uma delas enfrenta. Antecipando a direcção da nossa discussão, a concepção Aristotélica é, tentativamente, aquela que apresenta desvantagens menos sérias e que é assim a mais recomendável do ponto de vista da meta-ontologia.

## 1 A concepção Quineana da objectualidade

Esta noção de objecto é captada no famoso *dictum* de Quine (1980:15):

**Ser é ser o valor de uma variável.**

<sup>3</sup> Usamos a quantificação objectual clássica na caracterização das concepções quantificacional, o que é justificável, e predicativa, o que é conveniente para fins comparativos. Todavia, na Adenda, e igualmente para fins comparativos, usamos antes o quantificador particular na formulação de ambas as concepções.

<sup>4</sup> O predicado 'pensável' é utilizado, por conveniência, para cobrir quer o caso da referência linguística quer o caso da referência mental.

Note-se, para começar, que ser e existir são, para Quine, uma e a mesma coisa. Tanto faz afirmar 'Há números pares primos' como afirmar 'Existem números pares primos', tanto faz afirmar 'Não há unicórnios' como afirmar 'Não existem unicórnios'. Esta equivalência entre as noções de ser e existência é uma marca característica da posição particular de Quine e vamos voltar a ela mais tarde. Todavia, ela não é definidora da concepção quantificacional, a qual é compatível com a não equivalência das noções, e, em especial, com a não exclusão da tese de que há objectos inexistentes (num certo sentido); embora a adopção desta tese por parte dos defensores da concepção quantificacional seja virtualmente inexistente. Naturalmente, do ponto de vista essencialmente meta-ontológico do presente artigo, vamos suspender o juízo acerca da equivalência e deixar em aberto se as noções de ser e existência são ou não equivalentes ou mesmo co-extensionais.

Como é que se deve entender o *dictum* de Quine? Aproximadamente do seguinte modo (Quine 1980: 13-14):

**Um objecto (aquilo que é ou, se quisermos, aquilo que existe) é aquilo que tem de estar entre os valores de uma variável quantificada de modo a tornar verdadeira pelo menos uma das nossas afirmações (ou crenças) verdadeiras.**

Elucidemos um pouco esta formulação.

Em primeiro lugar, o que é uma variável quantificada? É, por exemplo, a letra *x* em afirmações como (1)\* e (2)\*:<sup>5</sup>

**(1) Ninguém é incorruptível**

**(1)\* Para toda a pessoa *x*, *x* não é incorruptível**

**(2) Alguém insensato está a fumar na aula**

**(2)\* Pelo menos uma pessoa *x* é tal que *x* é insensata e *x* está a fumar na aula.**

<sup>5</sup> Supomos, com Quine, que (1)\* é a regimentação parcial, numa mistura de lógica e português, de (1). (1)\* dá origem a uma simbolização de (1) na linguagem da lógica clássica de predicados. O mesmo se aplica às regimentações seguintes. Note-se que uma tal suposição não é incontroversa. Em todo o caso, ela é aqui tomada como parte integrante da noção quantificacional de objecto. Ver Van Inwagen (2009).

Em segundo lugar, o que são valores de variáveis quantificadas? São objectos pertencentes a uma certa colecção ou a um certo universo de objectos, a um domínio de quantificação.

Repare-se desde já na circularidade assim evidenciada da caracterização quantificacional. Todavia, tal não deve ser tomado como surpreendente, pois caracterizações deste género estão longe de ser intencionadas como constituindo análises da noção de objecto. A circularidade é apenas um sinal de que a noção de objecto e as noções usadas para a caracterizar estão no mesmo nível do ponto de vista da explicação, são ambas noções primitivas. Em todo o caso, a circularidade pode aqui ser vista como informativa e podemos olhar para as noções usadas como lançando de algum modo luz sobre a noção de objecto.

Nos exemplos acima introduzidos, os domínios de quantificação são certas colecções de pessoas, ou mesmo a colecção de todas as pessoas. Mas no caso de afirmações como 'Tudo é idêntico a si mesmo', o domínio de quantificação é presumivelmente irrestrito, consistindo em absolutamente tudo (Williamson 2003).

Por último, em que é que consiste um valor de uma variável tornar verdadeira uma afirmação (ou uma crença) quantificada? Consiste nesse objecto **satisfazer a frase aberta** governada pelo quantificador.

Por exemplo, o número dois tem de estar entre os valores da variável  $x$  de modo a tornar verdadeira a afirmação

**(3) Há números pares primos**

**(3)\* Pelo menos um número  $x$  é tal que  $x$  é par e  $x$  é primo;**

dado que a frase aberta  **$x$  é par e  $x$  é primo** tem de ser satisfeita pelo número 2. E Chiuauas têm de estar entre os valores da variável  $y$  de modo a tornar verdadeira a afirmação

**(4) Há Chiuauas na China**

**(4)\* Pelo menos um  $y$  é tal que  $y$  é um Chiuaua e  $y$  está na China;**

dado que a frase aberta **y é um Chiuaua e y está na China** tem de ser satisfeita por Chiuauas. Mas Chiuauas não têm de estar entre os valores da variável **z** de modo a tornar verdadeira a afirmação

**(5) Há Chiuauas ou Boxers na sala**

**(5)\* Pelo menos um z é tal que z está na sala e ou z é um Chiuaua ou z é um Boxer;**

dado que a frase aberta **z está na sala e ou z é um Chiuaua ou z é um Boxer** pode ser satisfeita por Boxers na sala apenas. Do mesmo modo, Chiuauas não têm de estar entre os valores da variável **x** de modo a tornar verdadeira a afirmação

**(6) Todos os Chiuauas são agressivos**

**(6)\* Para cada criatura x, se x é um Chiuaua então x é agressivo**

dado que a frase aberta **Se x é um Chiuaua então x é agressivo** pode ser satisfeita por gatos siameses apenas (assumindo a verofuncionalidade da condicional).

Note-se ainda que do *dictum* de Quine emergem aquilo a que podemos chamar **quantificações canónicas**, quantificações cuja verdade é necessária e suficiente para nos comprometer ontologicamente com certos objectos, para incluir no domínio de quantificação certas entidades. Eis as quantificações canónicas para as versões singular e geral da noção de objecto:

**Objectualidade singular: x é um objecto se, e só se,  $\exists y x = y$**

**Pégaso é um objecto se, e só se,  $\exists y \text{Pégaso} = y$**

**Objectualidade geral: Fs são objectos se, e só se,  $\exists y Fy$**

**Unicórnios são objectos se, e só se,  $\exists y \text{Unicórnio } y$ .**

As quantificações canónicas estão do lado direito das frases bicondicionais. É fácil ver que **x** tem de estar entre os valores da variável **y** de modo a tornar a primeira quantificação canónica verdadeira. E **Fs** têm de estar entre os valores de **y** de modo a tornar a segunda quantificação canónica verdadeira.

Podemos certamente introduzir objectos na nossa ontologia através de afirmações, quantificadas ou não, diferentes das quantificações canónicas. Por exemplo, podemos introduzir Chiuauas através



da quantificação  $\forall y$  (**y é um Chiuaua e y está na China**). E podemos introduzir Platão como objecto, por via indirecta, através da afirmação **Platão escreveu o Ménon**. Mas qualquer uma destas afirmações implica logicamente a quantificação canónica relevante (assumindo a lógica clássica de predicados).

Um corolário expectável da caracterização Quineana da noção de objecto é a tese da universalidade da objectualidade:

**Tudo é um objecto,  $\forall x$  x é um objecto.**

É nesse sentido que Quine diz que a resposta à questão fundamental da ontologia, a pergunta 'O que é que há?', pode ser trivialmente dada numa palavra: 'Tudo'. Todavia, isto ainda não nos diz nada sobre o que devemos incluir em **tudo**, ou seja, que objectos devemos postular, o que é que devemos incluir no domínio de quantificação.

A tese da universalidade da objectualidade é (aproximadamente) uma verdade analítica, ou seja, uma tese verdadeira à custa do conceito de objecto, ou do significado do termo 'objecto' (tal como foi introduzido pela concepção quantificacional). De facto, negá-la equivaleria a afirmar uma contradição nos termos

**Algo não é um objecto,  $\exists x$  x não é um objecto**

**Pelo menos um valor de uma variável quantificada não é um objecto.**

Todavia, a caracterização quantificacional está longe de ser trivial. Por um lado, ela deixa em aberto a questão de determinar quais são as afirmações quantificadas de facto verdadeiras, uma tarefa nada fácil de executar. Por outro, e mais importante, ela deixa em aberto a questão de determinar quais são as afirmações que são de facto quantificações, uma tarefa também nada fácil. Pois nem tudo aquilo que parece ser um objecto, um valor de uma variável quantificada, é de facto um objecto, um valor de uma variável quantificada. Ou seja, é natural haver lugar para pseudo-quantificações, no sentido de quantificações aparentes, afirmações que parecem ser quantificações, ou parecem quantificar sobre algo, mas não o são, ou não o fazem.

Eis exemplos possíveis de quantificações aparentes:<sup>6</sup>

- (7) **Unicórnios não existem**
- (8) **Todo o unicórnio tem um corno**
- (9) **Há buracos nesta folha de papel**
- (10) **Há uma grande diferença de idade entre a Joana e o João**
- (11) **Há qualidades humanas raras, designadamente a humildade e a bravura**
- (12) **Há espécies animais extintas, designadamente o Pássaro Dodo.**

Será que estas afirmações nos comprometem com coisas como unicórnios, buracos, diferenças de idade, qualidades e espécies animais? Será que estas putativas coisas, estes candidatos a objectos, têm de estar entre os valores das variáveis quantificadas por formar a tornar verdadeiras as afirmações em questão (supondo que são verdadeiras), ganhando assim o estatuto de objectos?

O recurso a **paráfrases**, a afirmações com o mesmo significado daquelas afirmações mas que já não contém quantificações sobre as putativas entidades em questão, das quais esses compromissos estão ausentes, mostra que tal pode não ser o caso. Eis alguns exemplos, apenas possíveis e sujeitos a discussão:

- (7)\* **O seguinte não é o caso: pelo menos uma coisa x é tal que x é um unicórnio**
- (8)\* **Para cada coisa x, se x é um unicórnio então x tem um corno**
- (9)\* **Esta folha de papel contém perfurações**
- (10)\* **A Joana é bastante mais velha do que o João**
- (11)\* **Há muito poucas pessoas x tais que x é humilde e há muito poucas pessoas y tais que y é brava**
- (12)\* **O seguinte não é o caso presentemente: pelo menos uma coisa x é tal que x é um pássaro Dodo.**

<sup>6</sup> Trata-se apenas de exemplos, que podem ser sempre substituídos por outros, de acordo com as preferências ontológicas de cada um. Alguns dos exemplos são mais polémicos do que outros: e.g. (7) suscita menos polémica do que (9).

Algumas destas paráfrases consistem em especificações (parciais) de uma forma lógica para a afirmação original. Outras consistem no uso de outra frase, presumivelmente equivalente em significado, da língua natural. Algumas paráfrases contêm quantificações, mas não sobre os putativos objectos das afirmações originais. Outras nem sequer contêm quantificações.

Por outro lado, conversamente, onde parece não haver certos objectos, certos valores de variáveis quantificadas, podem bem afinal estar tais objectos, tais valores de variáveis quantificadas. Ou seja, tal como há quantificações apenas aparentes, também há lugar para quantificações "escondidas". Onde parece não haver de todo qualquer quantificação, alguma reflexão pode mostrar que ela está de facto lá. Eis alguns exemplos meramente indicativos, sujeitos a discussão, que nos permitiriam introduzir acontecimentos, proposições e tempos ou ocasiões como objectos na nossa ontologia:<sup>7</sup>

**(13) João caiu da cadeira**

**(13)\* Há pelo menos um acontecimento  $x$  tal que  $x$  é uma queda da cadeira e João deu  $x$**

**(14) Joana acredita em muito daquilo em que João acredita**

**(14)\* Para muitas proposições  $x$ , se João acredita em  $x$  então Joana acredita em  $x$**

**(15) Sócrates foi à China (dita numa ocasião  $t$ )**

**(15)\* Há pelo menos uma ocasião  $x$  tal que  $x$  está no passado relativamente a  $t$  e Sócrates vai à China em  $x$ .**

Não é importante para os nossos fins saber se as quantificações particulares mencionadas em primeiro lugar são de facto exemplos de quantificações aparentes. Ou se as quantificações mencionadas em segundo lugar são de facto exemplos de quantificações escondidas. O ponto a reter é apenas o de que há lugar para uma distinção entre aparência e realidade na área das afirmações quantificadas.

Quais são as desvantagens da caracterização Quineana do ser, da noção de ser um objecto? Será que devemos, no fim de contas, distinguir

<sup>7</sup> De novo, as paráfrases propostas estão longe de ser obrigatórias. Trata-se apenas de exemplos de possíveis quantificações escondidas.

essa caracterização, feita em termos da ideia de um valor de um variável, da concepção quantificacional propriamente dita?

Em primeiro lugar, é importante observar que a ideia original de Quine não é propriamente a de introduzir uma noção absoluta de ser, daquilo que há ou existe *simpliciter*, tal como é sugerido pela formulação que anteriormente considerámos (lida à letra), ou seja, pelo *dictum* **ser é ser o valor de uma variável**. A ideia de Quine é antes a de introduzir uma noção relativa de ser, uma noção daquilo que há ou existe relativamente a, ou do ponto de vista de, uma certa teoria, no sentido de um conjunto de afirmações expressas numa certa linguagem (ou um conjunto de crenças pertencentes a um certo sistema de crenças). Por outras palavras, o *dictum* de Quine é para ser entendido da seguinte maneira:

**O ser, aquilo que há, com respeito a uma teoria T, os objectos com os quais T está ontologicamente comprometida, são aqueles objectos que têm de estar entre os valores das variáveis de modo a que as afirmações (pelo menos uma das afirmações) de T sejam verdadeiras.**

E as noções relativas de objectualidade singular e geral devem ser entendidas do seguinte modo:

**T está ontologicamente comprometida com um objecto x se, e só se, T contém ou implica logicamente uma afirmação da forma  $\exists y x = y$**

**T está ontologicamente comprometida com Fs se, e só se, T contém ou implica logicamente uma afirmação da forma  $\exists y Fy$ .**

Esta noção relativa de objectualidade é uma noção que claramente torna aquilo que há, o ser, constitutivamente dependente da existência de uma linguagem (ou de uma mente no caso de um sistema de crenças). Trata-se daquilo que há ou existe **para** uma teoria, tal como expressa pelas frases declarativas de uma certa linguagem. É esta a noção relativa de objecto que Quine tem em mente. Mas não é, em todo o caso, essa noção que queremos reter para a caracterização quantificacional, mesmo que tal represente um desvio em relação às posições de Quine.

Convém reparar que nenhuma das objecções formuladas em seguida se aplica a esta noção relativa de objecto, a qual parece estar em ordem. Elas aplicam-se apenas à noção absoluta introduzida atrás, ou seja, ao *dictum* de Quine **ser é ser o valor de uma variável** interpretado à letra, e não como uma maneira meramente retórica de introduzir a noção relativa de ser.

Ora, tomada pelo seu valor facial, como uma explicação da noção (absoluta) de ser, a concepção Quineana é manifestamente estranha.<sup>8</sup> Ou seja, é no mínimo bizarro explicar de algum modo em que consiste o ser, explicar o que é em geral ser um objecto, uma entidade, dizendo que tal consiste em ser o valor de uma variável. O *explanans*, a noção de valor de uma variável, parece não ser de todo o *explanans* adequado para o *explanandum* em questão, a noção de ser ou de objecto. A caracterização parece ser assim intensionalmente incorrecta, conceptualmente inadequada.

Variáveis são letras ou símbolos pertencentes a uma linguagem dada. E valores de variáveis são objectos que uma certa função, uma atribuição de valores a variáveis, faz corresponder a essas letras ou símbolos. Para além de circular – o que, como vimos, não constitui problema de maior – a substância da explicação parece ser inapropriada. Será que não haveria nada, nenhum objecto, se não houvesse variáveis? Dificilmente.

Por outro lado, a caracterização absoluta da noção de objecto parece ser ainda extensionalmente incorrecta.

Em primeiro lugar, objectos que não são nada presentemente, ou que não são nada actualmente (ou efectivamente), podem ter de estar entre os valores das nossas variáveis presentes ou actuais de modo a tornar verdadeiras algumas das nossas afirmações verdadeiras.

Por exemplo, dinossauros, objectos passados, objectos que não são nada agora mas já foram algo, têm de estar entre os valores das nossas variáveis presentes de modo a tornar verdadeira uma afirmação presente verdadeira como a seguinte:

**(16) Houve um dinossauro do qual este fóssil é um fóssil**

<sup>8</sup> Naquilo que se segue, fazemos uso de ideias do seminal artigo de Nathan Salmon (1987: 51 e seguintes).

**(16)\* Há no passado um x tal que x é um dinossauro e este fósil é um fósil de x.**

E pessoas meramente possíveis, objectos que actualmente não são nada mas que poderiam ter sido algo, têm de estar entre os valores das nossas variáveis actuais de modo a tornar verdadeira uma afirmação actual verdadeira como a seguinte:

**(17) Wittgenstein poderia ter tido um filho**

**(17)\* Há num mundo meramente possível uma pessoa x tal que Wittgenstein é pai de x.**

Há que distinguir a esse respeito as seguintes duas interpretações de (17):

**(17a) Possivelmente, alguém é filho de Wittgenstein**

**(17a) O seguinte é possível: há pelo menos uma pessoa x e Wittgenstein é pai de x**

**(17b) Alguém é possivelmente filho de Wittgenstein**

**(17b) Há pelo menos uma pessoa x tal que o seguinte é possível: Wittgenstein é pai de x.**

A interpretação intencionada é (17a) e não (17b), que é presumivelmente falsa. (As mesmas considerações aplicam-se ao caso temporal.)

Parece assim haver algumas dúvidas quanto à suficiência da caracterização Quineana absoluta do ser, dúvidas dadas em casos de valores de variáveis que não são nada, não são objectos.

Todavia, os casos apresentados podem ser disputados e estão longe de ser conclusivos.

De facto, os primeiros desses casos podem ser disputados adoptando um ponto de vista passadista (por assim dizer) e defendendo que os objectos passados em questão são afinal algo agora, que há (agora) desses objectos, que há (agora) dinossauros. E os segundos desses casos podem ser disputados adoptando um ponto de vista possibilista e defendendo que os objectos meramente possíveis em questão são afinal actualmente algo, que há no mundo actual desses objectos, que o filho possível de Wittgenstein é algo (ou existe).

Em todo o caso, a caracterização absoluta Quineana da noção de ser parece ser inconsistente com o presentismo, o ponto de vista de que só há objectos presentes, e com o actualismo, o ponto de vista de que só há objectos actuais. Ou seja, essa caracterização parece

excluir à partida esses pontos de vista, o que a torna numa caracterização inadequada para os nossos fins, que são essencialmente fins de meta-ontologia. Queremos noções de objecto e de ser que permitam representar todas as posições ontológicas, ou um número significativo delas.<sup>9</sup>

Em segundo lugar, conforme já sugerido, é perfeitamente inteligível a ideia de um objecto que em princípio não é um objecto que resulte de qualquer atribuição – passada, presente ou futura – de qualquer valor a qualquer variável. O ser de objectos parece não estar, em geral, constitutivamente dependente da existência de uma linguagem, ou de variáveis, ou de algo do género. Parece assim haver também algumas dúvidas quanto à necessidade da caracterização absoluta do ser, dadas em casos possíveis de objectos que não são valores de qualquer variável.

Todavia, repare-se que se entendermos as quantificações canónicas como proposições ou estados de coisas, no sentido de entidades independentes da mente e da linguagem, estas objecções deixam intocada a caracterização absoluta da noção de ser em termos de quantificação, o que nos leva a distinguir liminarmente esta última da caracterização em termos de valores de variáveis. Ou seja, dada essa interpretação, poderíamos sempre continuar a "explicar", sem qualquer problema, as noções de objectualidade singular e geral da maneira anterior (olhando os lados direitos das bicondicionais como não tendo nada de linguístico ou mental)

---

<sup>9</sup> Eis um sumário dos pontos de vista relevantes, bem como outros associados.

1. **Presentismo**: só há objectos presentes; de objectos passados diz-se apenas que houve; e de objectos futuros diz-se apenas que haverá (há filósofos australianos, mas houve dinossauros e haverá gente com mais de 3 metros de altura). 2. **Passadismo**: para além de objectos presentes, há objectos passados (há filósofos australianos e há dinossauros). 3. **Futurismo**: para além de objectos presentes, há objectos futuros (há filósofos australianos e há gente com mais de 3 metros de altura). 4. **Eternismo**: para além de objectos presentes, há objectos passados e há objectos futuros; se há certos objectos numa certa ocasião, então há desses objectos em qualquer ocasião (há filósofos australianos, há dinossauros e há gente com mais de 3 metros de altura). 5. **Actualismo**: só há objectos actuais; de objectos meramente possíveis diz-se apenas que poderia ter havido (há dinossauros, não há filhos de Wittgenstein, poderia ter havido filhos de Wittgenstein). 6. **Possibilismo**: para além de objectos actuais, há objectos meramente possíveis (há dinossauros e há filhos possíveis de Wittgenstein).

**Objectualidade singular:  $x$  é um objecto se, e só se,  $\exists y x = y$   
 $x$  é um objecto se, e só se,  $x$  é um de tudo<sup>10</sup>**

**Objectualidade geral:  $Fs$  são objectos se e só se,  $\exists y Fy$   
 $Fs$  são objectos se, e só se,  $Fs$  são alguns de tudo.**

Concluindo a nossa discussão da concepção quantificacional, podemos dizer que há lugar para uma sua formulação *estrita*, na qual não há qualquer dependência do ser em relação à linguagem ou ao pensamento, o que nos parece razoável. Pode-se objectar que isso compromete a concepção com um ponto de vista realista acerca da objectualidade, no qual pelo menos alguns objectos são independentes da mente e da linguagem. Mas fazer a concepção pressupor antes um ponto de vista anti-realista acerca da objectualidade, no qual todo o objecto é dependente da mente e da linguagem, ainda seria uma desvantagem maior. Em todo o caso, como vamos ver, quem esteja inclinado nesta última direcção estaria bem mais confortável com a adopção da concepção Meinongiana da objectualidade (a qual, como veremos, enfrenta no entanto outro género de dificuldades).

## 2 A concepção Aristotélica da objectualidade

A noção Aristotélica de objecto é captada por formulações como as seguintes, nas quais a noção é de algum modo explicada em termos da noção geral de predicação.

**Ser é ter propriedades**

**$x$  é um objecto se, e só se,  $x$  é um sujeito (potencial) de predicações**

**$x$  é um objecto se, e só se, algo é predicável de  $x$**

**$x$  é um objecto se, e só se,  $\exists y y$  é predicável de  $x$ .<sup>11</sup>**

<sup>10</sup> 'Ser um de tudo' é a formulação usada para captar a ideia de pertencer a um domínio de quantificação. Ver Salmon 1987.

<sup>11</sup> Usamos aqui, para fins comparativos, a quantificação objectual clássica. Também poderíamos usar o quantificador particular (existencialmente neutro) ALGUM:  **$x$  é um objecto se, e só se, ALGUM  $y$ :  $y$  é predicável de  $x$** . É o que fazemos na Adenda. Sobre o quantificador particular, ver Priest (2005: 13-14).



A noção de predicação é aqui crucial, de modo que convém dizer alguma coisa sobre ela.

O que é uma predicação? Uma predicação é **uma aplicação de uma propriedade** (qualidade, característica, traço, condição) a uma coisa, entidade ou objecto (considerando apenas o caso de predicções monádicas, para simplificar). Convém notar desde já que esta noção de predicação não tem em princípio nada de linguístico ou mental. Poderia ainda haver predicções nesse sentido mesmo que não existissem linguagens ou mentes nas quais elas fossem representáveis. A aplicação pode ser correcta, caso em que a predicação é verdadeira, ou incorrecta, caso em que a predicação é falsa. Para além disso, também podemos querer incluir aplicações vagas, ou seja, casos de indeterminação, como predicções. Ou seja, podemos querer autorizar casos em que uma predicação tem um valor de verdade indeterminado, quando por exemplo as propriedades aplicadas admitem casos de fronteira.

De uma forma talvez mais precisa, podemos "definir" assim a noção de predicabilidade, de aplicação de um predicado  $y$  a um objecto  $x$ :

**$y$  é predicável de  $x$  se, e só se,  $y$  é uma propriedade e ou  $x$  tem  $y$  ou  $x$  não tem  $y$  ou é indeterminado se  $x$  tem  $y$ .**

Assim, **ser baixo** é predicável nesse sentido de Sócrates, e **ser muito alto** é também predicável de Sócrates (independentemente da altura de Sócrates). Mas talvez **ser duplamente perfurado** não seja predicável da minha dor de dentes, **sonhar com Marilyn Monroe** não seja predicável do meu dedo mindinho, **ser vermelho** não seja predicável do Banco de Portugal e **ser veloz** não seja predicável de uma caricatura de Sócrates.

Note-se que também a caracterização aristotélica do conceito de objecto é manifestamente circular. Ser um objecto é ser predicável de algo, ou seja, de um objecto. O que significa apenas que os conceitos de objecto e predicação são ambos demasiadamente básicos. Trata-se de conceitos inter-definíveis num círculo explicativo. Todavia, mais uma vez, esse género de circularidade pode ser vista como informativa.

A noção de propriedade é crucial à caracterização aristotélica do ser, de modo que convém dizer alguma coisa sobre ela.

O que é uma propriedade? Podemos introduzir a seguinte caracterização intuitiva da noção geral de propriedade, também ela claramente circular mas de algum modo adequada aos nossos fins:

**y é uma propriedade se, se só se, possivelmente, há pelo menos um objecto x tal que x tem y ou, possivelmente, há pelo menos um objecto x tal que x não tem y.**

Assim, **ser um quadrado redondo** é uma propriedade: necessariamente, nada a tem; logo, possivelmente, algo não a tem. **Ser uma pessoa feliz e infeliz** também (pela mesma razão). **Ser um unicórnio** é uma propriedade: ou porque, possivelmente, algo a tem; ou porque, necessariamente, nada a tem. **Ser um mamífero** é uma propriedade: algo a tem de facto; logo, possivelmente, algo a tem. **Ser material ou imaterial** é uma propriedade: necessariamente, tudo a tem; logo, algo a tem. E **ser uma virtude** e **ser uma qualidade moral desprezível** são também propriedades (de ordem superior): presumivelmente, a coragem não tem a segunda e a humildade tem a primeira.

Esta é uma noção apropriadamente neutral de propriedade, a qual é deliberadamente destituída de qualquer substância ontológica, podendo servir inclinações ontológicas bem díspares. Em particular, trata-se de uma noção de propriedade na qual propriedades estão muito longe de ser algo que corta a natureza nas suas articulações.

Eis alguns exemplos de predicacões no sentido anterior do termo:

**Este animal, Rover, é um cão:** a propriedade de ser um cão é aplicável com verdade a Rover

**A humildade é uma virtude:** a propriedade de ser uma virtude é aplicável, com verdade ou falsidade (conforme o caso), à humildade (a qual é por sua vez uma propriedade aplicável a pessoas, por exemplo a Sócrates)

**Esta mesa é redonda:** a propriedade de ser redonda é aplicável, com falsidade, a esta mesa rectangular

**2 é um número primo:** a propriedade de ser um número primo é aplicável, com verdade, ao número 2

**Sócrates é baixo:** a propriedade de ser baixo é aplicável, talvez com indeterminação, a Sócrates.

E eis alguns exemplos possíveis de **não predicções**. Trata-se de erros categoriais, casos em que as propriedades não se aplicam com sentido às coisas em questão, ou seja, não são combináveis com as coisas em questão de modo a gerar verdade, falsidade ou indeterminação.

**O número 2 é vertebrado**

**Esta cadeira está com uma forte depressão**

**A humildade vingou-se da justiça**

**Sócrates é numeroso**

**São Paulo é 12 (Frege)**

**Sócrates existe (para Frege e Russell)**

**Pégaso não existe (para Frege e Russell)**

Podemos agora introduzir, de forma estipulativa, o termo **atributo** da seguinte maneira, de modo a cobrir quer propriedades quer relações. É possível admitir dois géneros de atributos. Atributos **monádicos** são aqueles que são aplicáveis (com verdade, falsidade ou indeterminação) possivelmente a muitas coisas, mas a uma só dessas coisas de cada vez. Exemplos de atributos monádicos são a sabedoria e a serenidade. Atributos **poliádicos** são aqueles que são aplicáveis possivelmente a muitos pares de coisas (diádicos), triplos de coisas (triádicos), etc. Exemplos de atributos diádicos são a amizade e o ódio. Propriedades são atributos monádicos ou de aridade 1. Relações são atributos poliádicos ou de aridade maior do que 1 (aplicam-se a pelo menos um par de objectos de cada vez). Note-se que há **propriedades relacionais**, as quais são atributos monádicos que envolvem relações, em particular atributos diádicos. Por exemplo, a propriedade de **ser mais alto do que toda a gente e mais baixo do que alguém** é uma propriedade relacional (por sinal, ninguém a tem). Contrastando, **ser mais alto do que não é** uma propriedade relacional, mas antes um atributo diádico, uma relação (a qual está envolvida na propriedade relacional *supra*).

Finalmente, observe-se que a caracterização aristotélica da noção de ser, ou de objecto, está igualmente muito perto de ser uma verdade analítica, uma verdade que o é à custa dos conceitos componentes de **objecto, predicção, propriedade** (tal como introduzidos). Vejamos. Se tomarmos **ser um objecto** como uma propriedade

(uma propriedade universal), então a condicional do lado esquerdo da caracterização aristotélica para o seu lado direito é uma verdade lógica: se  $x$  é um objecto, então segue-se que algo é predicável de  $x$ , designadamente a propriedade de ser um objecto, a qual é aplicável com verdade a  $x$ . E a condicional do lado direito da caracterização aristotélica para o seu lado esquerdo é verdadeira à custa do conceito de predicação. Como uma predicação é uma aplicação de uma propriedade a um objecto, tem-se o seguinte: se algo é predicável de  $x$ , então  $x$  é um objecto.

Terminamos com uma observação importante sobre a noção de predicação. Tal como sucede na área da quantificação, também na área da predicação nem tudo o que parece é. Ou seja, há um lugar para predicações meramente aparentes, coisas que parecem predicações mas não o são.

Uma consequência importante deste fenómeno é uma não trivialização da caracterização aristotélica do ser. Não somos obrigados a admitir como objectos tudo aquilo que parece ser mencionado pelos alegados termos-sujeito,  $t$ , de alegadas predicações da forma  **$t$  é tal e tal,  $t$  tem a propriedades de ser tal e tal**. Eis algumas candidatas possíveis a predicações meramente aparentes. Trata-se apenas de exemplos tentativos. Seguem-se, em muitos casos, paráfrases (incompletas) possíveis, algumas delas bastante polémicas. Tal como sucede com a quantificação, o ponto é apenas o de que há espaço na predicação para uma distinção entre aparência e realidade.

**(18) A baleia é um mamífero**

**(18)\* Para qualquer criatura  $x$ , se  $x$  é uma baleia então  $x$  é um mamífero (Frege)**

**(19) O Rei de França não existe**

**(19)\* O seguinte não é o caso: há exactamente uma pessoa  $x$  tal que  $x$  é rei de França (Russell)**

**(20) A humildade é uma virtude**

**(20)\* Para qualquer pessoa  $x$ , se  $x$  é humilde então  $x$  é virtuosa (Quine)**

**(21) O Vermelho é uma cor**

**(21)\* Para qualquer coisa  $x$ , se  $x$  é vermelha então  $x$  é colorida (Quine)**

- (22) A minha sombra é maior do que a tua
- (23) O americano médio é ignorante
- (24) Este buraco tem um diâmetro de 5 cm (Argle, no seu momento eliminativista)<sup>12</sup>
- (25) O amarelo é mais semelhante ao cor de laranja do que ao azul
- (25\*) Qualquer superfície amarela é mais semelhante a cada superfície cor de laranja do que a toda a superfície azul (David Lewis).<sup>13</sup>

Não é importante determinar se os exemplos acima dados são exemplos adequados de predicções meramente aparentes, ou se as paráfrases oferecidas são de facto correctas (algumas argumentavelmente não são). O ponto a reter é apenas o da possibilidade da predicção aparente e a consequente não trivialização da caracterização aristotélica.

Para fechar, podemos mostrar que as caracterizações quantificacional (tomada no sentido estrito) e aristotélica da noção de ser, ou de objecto, são extensionalmente equivalentes; ou seja, podemos estabelecer a seguinte bicondicional:

**$x$  é algo,  $x$  é um de tudo,  $\exists y x = y$ , se e só se,  $x$  é um sujeito de predicções, algo é predicável de  $x$ ,  $\exists y y$  é predicável de  $x$ .**

Eis um argumento informal do lado direito para o lado esquerdo. Suponhamos que algo é predicável de  $x$ , aplicável a  $x$  com verdade, falsidade ou indeterminação. Tem-se assim, para pelo menos uma propriedade  $P$ , uma das seguintes coisas:  $x$  tem  $P$ ,  $Px$ ;  $x$  não tem  $P$ ,  $\neg Px$ ; é indeterminado se  $x$  tem  $P$ ,  $IND Px$ . Daqui segue-se, por lógica elementar, o seguinte:

**$x$  é idêntico a pelo menos uma coisa e essa coisa tem  $P$ ,  $\exists y (x = y \wedge Py)$**

**$x$  é idêntico a pelo menos uma coisa e essa coisa não tem  $P$ ,  $\exists y (x = y \wedge \neg Py)$**

<sup>12</sup> Ver Lewis e Lewis (1970).

<sup>13</sup> Ver Lewis (1983).

**x é idêntico a pelo menos uma coisa e é indeterminado se essa coisa tem P,  $\exists y (x = y \wedge \text{IND } Py)$**

Mas qualquer um desses casos implica o seguinte:

**$\exists y x = y$ .**

E eis um argumento informal do lado esquerdo para o lado direito. Suponhamos que **x** é idêntico a algo num domínio de quantificação,  $\exists y x = y$ . Então, podemos daqui extrair algo predicável de **x**, designadamente a propriedade de **ser idêntico a algo**,  $\lambda z \exists y z = y$ . Logo, **x** é um sujeito de predicacões.

### 3 A concepção Meinongiana da objectualidade

Consideremos agora a caracterização do ser, no sentido de ser um objecto, em termos da noção de **referência** (linguística ou mental). Ela é captada em formulações como as seguintes:

**Ser é ser referível**

**x é um objecto se, e só se, x pode ser referido (na linguagem ou no pensamento)**

**x é um objecto se, e só se, x pode ser nomeado ou referido em alguma linguagem**

**x é um objecto se, e só se, x pode ser nomeado ou referido por alguma mente.**

Em geral,

**x é um objecto se, e só se, x é pensável.**

É conveniente dizer alguma coisa sobre a noção de referência, começando com a referência linguística.

O que é a referência linguística? Muito sumariamente, é uma relação que se estabelece entre palavras ou expressões pertencentes a uma dada linguagem e coisas ou entidades que (tipicamente) não são palavras ou expressões. Há dois géneros habituais de referência linguística: (a) a referência singular ou nominal, em que a relação entre palavras e coisas é um-um – por exemplo, a relação entre o nome 'Sócrates' e a pessoa Sócrates em carne e osso; (b) a referência geral ou predicativa, em que a relação entre palavras e coisas é um-muitos

– por exemplo, a relação entre o predicado português 'gato' e gatos em carne e osso (note-se que, apesar de o termo geral 'gato' se aplicar a muitos animais, aplica-se a cada um desses animais de cada vez).

A caracterização Meinongiana do ser em termos de referência linguística é então dada nas seguintes teses:

**Ser é ser referível (em alguma linguagem)**

**Ser um objecto é ser o objecto de uma referência linguística possível**

**x é um objecto se, e só se, possivelmente, há um termo t, pertencente a alguma linguagem L, tal que t refere-se a x em L.**

A referência mental ou intencionalidade é, por sua vez, a referência a **objectos intencionais** no sentido medieval do termo, objectos acerca dos quais são estados ou actos mentais intencionais como crenças, dúvidas, desejos, pensamentos, expectativas, imagens mentais, experiências visuais, etc. Quando uma criança de 3 anos acredita que o Pai Natal lhe vem trazer presentes na véspera de Natal, há nessa crença uma referência mental ao Pai Natal. O Pai Natal é o objecto intencional da crença da criança. Quando Ponce de Léon procurava, ou desejava encontrar, a Fonte da Juventude, há nesse desejo uma referência mental à Fonte da Juventude. A Fonte da Juventude é o objecto intencional do desejo de Ponce de Léon. Quando um adulto pondera se quimeras ou unicórnios existem, há nessa ponderação uma referência mental a quimeras ou unicórnios. Unicórnios são os objectos intencionais da ponderação do adulto.

A caracterização Meinongiana do ser em termos de referência mental é então dada nas seguintes teses:

**Ser é ser um objecto intencional**

**Ser um objecto é ser um objecto de uma referência mental possível**

**x é um objecto se, e só se, possivelmente, há um estado ou acto mental s, em alguma mente M de alguma criatura c, tal que s em M é acerca de x.**

Para além de ter uma coloração Meinongiana imediata, esta tese tem algum sabor Kantiano, dado que ser um objecto intencional, ser um

objecto de um estado mental intencional (e.g. uma crença), é ser subsumido num conceito, numa representação mental constituinte de um estado mental intencional (e.g. de uma crença). Em geral, a noção kantiana de objecto é a de um objecto de uma representação mental possível, proveniente da percepção (percepto) ou do pensamento (conceito).

Note-se que a caracterização Meinongiana da noção de objecto, que é também manifestamente circular, é uma caracterização modal. A presença do verbo 'poder' na condição **x pode ser referido** é importante. O 'pode' em '**x pode ser referido, pensado**' permite dispensar a necessidade de uma referência mental ou linguística *de facto*, uma referência que tenha realmente sido feita, esteja realmente a ser feita ou venha realmente a ser feita. Basta a existência de uma referência mental ou linguística meramente possível, uma referência que apenas poderia ter sido feita ou que apenas venha a ser feita.

Numa primeira aproximação, a condição enunciada na concepção Meinongiana, a condição de referência, é suficiente para a objectualidade, desde que admitamos uma distinção entre casos de referência, linguística ou mental, meramente aparente, e casos de referência, linguística ou mental, genuína.

Eis alguns exemplos possíveis de referência linguística meramente aparente: **'O português típico', 'O americano médio', 'O presente Rei de França', 'O Pai Natal', 'O buraco daquela fechadura', 'A minha sombra', 'O quadrado redondo', 'A descida da taxa da inflação', 'A brancura'**. E eis alguns exemplos possíveis de referência mental meramente aparente: **A crença do Manuel de que o Pai Natal dá prendas, A dúvida do Joaquim de que o Abominável Homem das Neves existe, A ponderação da Joana sobre se há ou não quadrados redondos, O pensamento da Maria de que a brancura é um universal, A experiência visual de Macbeth quando alucina uma adaga, A minha imagem mental de um unicórnio**.

Porém, em virtualmente todas as posições Meinongianas, tradicionais ou mais recentes, é adoptada a ideia de que praticamente todo o termo singular bem-formado (incluindo descrições definidas singulares), bem como qualquer conceito ou representação mental singular, refere-se a um objecto, introduz um objecto na nossa ontologia. Só que, em alguns casos, o objecto assim referido (de algum modo) não



existe. Em certas versões de Meinongianismo,<sup>14</sup> esse objecto é algo – tem ser, subsiste – mas não existe (aproximadamente no sentido de ser causalmente eficaz ou de ter uma localização espaço-temporal); noutras versões de Meinongianismo,<sup>15</sup> em especial nas versões mais recentes designadas de Nadistas, o objecto em questão não é nada, não tem ser, e assim também não existe. Nas primeiras posições, é adoptada uma distinção entre ser e existir; nas segundas, estas noções são equivalentes. Consequentemente, em praticamente todas as posições Meinongianas, os casos acima introduzidos, de uma putativa referência linguística ou mental a objectos, não são contados como casos de referência aparente, mas como casos de referência genuína. A tese da suficiência da referência para a objectualidade é assim preservada, mas com base numa quase dissolução da distinção entre aparência e realidade na área da referência, o que pode ser visto como uma desvantagem do Meinongianismo em geral.

Por outro lado, a condição de ser referível ou pensável parece não ser necessária para a objectualidade, para ser um objecto (ou para ser algo, se assim quisermos). Para além disso, subsistem ainda algumas dúvidas acerca da própria suficiência da condição, com as quais se tem de lidar em todo o caso.

Eis três objecções centrais à caracterização genérica do ser, no sentido de ser um objecto, em termos de referência. As primeiras duas militam contra a necessidade, a terceira contra a suficiência. Concentramo-nos na referência singular.

Em primeiro lugar, temos o argumento, motivado pelo Teorema da Diagonal de Cantor, de que há objectos necessariamente não nomeáveis, ou que não são singularmente referíveis. Esta é uma objecção à necessidade da caracterização da noção de objecto em termos de referência linguística (presumivelmente extensível ao caso mental).

Em segundo lugar, temos o argumento de Timothy Williamson de que é possível haver objectos, os objectos elusivos, que são necessariamente não pensáveis (individualmente). Esta é uma objecção quer à necessidade da caracterização em termos de referência linguística quer à necessidade da caracterização em termos de referência mental.

14 Parsons (1980).

15 Routley (1982) e Priest (2005).

Em terceiro lugar, temos o argumento de que é possível referir o que não é nada, ou o que não existe. Esta é uma objecção à suficiência da caracterização da objectualidade em termos de referência linguística (presumivelmente extensível ao caso mental).

Vejam os detalhes de cada uma das três objecções.

### **Objecção 1: A nomeabilidade não é uma condição necessária de objectualidade<sup>16</sup>**

**Premissa 1:** Uma colecção de coisas é uma colecção **contável** de coisas quando é possível estabelecer uma correspondência 1–1 entre essa colecção e a colecção dos números naturais (1, 2, 3, etc.). (Esta premissa é apenas uma definição do termo ‘contável’ para conjuntos ou colecções.)

**Premissa 2:** A colecção dos números reais entre, por exemplo, o número 1 e o número 2, **não é uma colecção contável** (Teorema da Diagonal de Cantor). (Note-se que esta é uma verdade matemática e logo uma verdade não contingente.)

**Premissa 3:** Uma **condição necessária** para as coisas, numa dada colecção de coisas, serem singularmente referíveis ou nomeáveis é essa colecção ser uma colecção contável de coisas.

**Conclusão:** Os números reais no intervalo entre 1 e 2 (por exemplo) não são, em princípio, singularmente referíveis.

**Conclusão geral:** Há coisas não nomeáveis; ou melhor, há coisas necessariamente não nomeáveis.

O ponto fraco deste argumento é naturalmente a sua dependência da suposição, controversa para muitos, de que há números, ou de que números são coisas, objectos. De facto, pode-se objectar que números não são objectos, mas apenas e.g. ficções ou construções mentais úteis. Todavia, se aceitássemos esta última objecção, teríamos de nos contentar com uma caracterização da noção de objecto que excluiria à partida a admissão de números na nossa ontologia. Ora, tal exclusão pode não ser de todo desejável para fins de meta-ontologia.

<sup>16</sup> O argumento a seguir delineado encontra-se, por exemplo, em Quine (1969: 94-95).

## Objecção 2: Objectos Elusivos

Outro argumento para o mesmo efeito é desenvolvido em torno de certos particulares concretos, actuais ou meramente possíveis, os **objectos elusivos**. Trata-se da possibilidade da existência de objectos em princípio intrinsecamente indiscrimináveis uns dos outros, objectos que só podem ser colectivamente pensados, e logo não são individualmente referíveis (mental ou linguisticamente). Eis a passagem relevante de Williamson (2007: 9-10):<sup>17</sup>

McDowell's argument in any case seems to require the premise that everything (object, property, relation, state of affairs, ...) is thinkable. That premise is highly contentious. What reason have we to assume that reality does not contain elusive objects, incapable in principle of being individually thought of? Although we can think of them collectively — for example, as elusive objects — that is not to single out any one of them in thought. Can we be sure that ordinary material objects do not consist of clouds of elusive sub-sub-atomic particles? We might know them by their collective effects while unable to think of any single one of them. Of course, McDowell does not intend the conceptual to be limited by the merely medical limitations of human beings, but the elusiveness may run deeper than that: the nature of the objects may preclude the kind of separable causal interaction with complex beings that isolating them in thought would require. In Fregean terminology again, a sense is a mode of presentation of a referent; a mode of presentation of something is a way of presenting it to a possible thinker, if not an actual one; for all McDowell has shown, there may be necessary limitations on thinking. We do not know whether there are elusive objects. What would motivate the claim that there are none, if not some form of idealism? We should adopt no conception of philosophy that on methodological grounds excludes elusive objects.

Note-se que a tese de Williamson é duplamente modal: é possível haver em princípio, ou seja de forma não contingente, objectos elusivos.

Poderíamos, naturalmente, resistir ao argumento de Williamson com base no facto de a possibilidade em princípio da existência de objectos elusivos estar dependente de uma forma de realismo acerca do mundo, uma doutrina forte acerca da independência de objectos em relação à mente e à linguagem, uma doutrina que podemos não querer aceitar. Todavia, não seria desejável, para fins de meta-ontologia, adoptar uma noção de objecto que excluísse à partida um tal realismo, ou nos comprometesse à partida com um certo tipo de idealismo (mesmo que de natureza transcendental, como o de Kant).

<sup>17</sup> Um argumento semelhante, em torno de objectos físicos aos quais ele chama enigmas, é avançado por Mark Johnson. Ver Johnson (1993).

### **Objecção 3: A Referência ao Não Ser, ou a Objectos Inexistentes**

Há três casos centrais<sup>18</sup> de uma putativa referência ao nada, ao não ser, ou mesmo ao inexistente. Tais casos são aparentemente problemáticos para a tese da suficiência da referência para o ser ou existir.

#### **Caso 1: Referência presente a objectos passados**

Considerem-se afirmações como as seguintes:

**Sócrates é famoso**

**Sócrates nasceu em Atenas**

**Sócrates já não está entre nós.**

Estas parecem ser claramente afirmações verdadeiras, tomadas relativamente ao momento presente. E a sua verdade parece exigir que Sócrates, um objecto passado, um objecto que não é nada agora, ou que não existe agora, esteja de algum modo disponível como referência do nome 'Sócrates'.

#### **Caso 2: Referência presente a objectos futuros**

Considerem-se afirmações como as seguintes:

**Futura (a primeira pessoa a nascer no século XXIII) será uma mulher**

**Futura será um mamífero.**

Suponhamos que a referência do nome 'Futura' é fixada através da descrição definida singular que ocorre entre parêntesis; e que a condição expressa na descrição virá a ser satisfeita por uma única pessoa do sexo feminino.

Aquelas afirmações parecem ser assim claramente verdadeiras, tomadas relativamente ao momento presente. E a sua verdade parece exigir que Futura, um objecto futuro – um objecto que não é nada agora, ou que não existe agora, mas que virá a ser algo, ou virá a existir – esteja de algum modo disponível agora como referência do nome 'Futura'.

#### **Caso 3: Referência actual a meros *possibilia***

Meros *possibilia* são objectos que não existem de facto (nem existiram nem virão a existir de facto) mas que poderiam existir (ou ter existido, ou vir a existir). Considerem-se afirmações como as seguintes:

<sup>18</sup> O caso da ficção também poderia ser introduzido para o efeito.

**Vitinho (o filho que Wittgenstein poderia ter tido se certas condições se concretizassem) nunca existiu****Vitinho poderia ter existido.**

Suponhamos que a referência do nome 'Vitinho' é fixada através da descrição definida singular que ocorre entre parêntesis (adequadamente suplementada); e que a condição expressa na descrição é satisfeita, num curso alternativo de acontecimentos, por uma única pessoa do sexo masculino.

Aquelas afirmações parecem ser assim claramente verdadeiras, tomadas relativamente ao mundo actual ou real. E a sua verdade parece exigir que Vitinho, um objecto meramente possível – um objecto que não é de facto nada, ou que não existe de facto, mas que poderia ser algo, ou poderia existir - esteja de algum modo disponível como referência do nome 'Vitinho'.

Há quatro maneiras possíveis de lidar com estes casos problemáticos para a suficiência da referência para a objectualidade, com estes alegados casos de referência ao não ser, ou a objectos inexistentes. O objectivo é em todas elas o de preservar a suficiência da referência. Todavia, só uma delas parece ser harmonizável com a concepção Meinongiana.

**Réplica (a): Ausência de referência**

Esta réplica consiste em descrever os casos de alegada referência ao não ser como sendo afinal casos de referência ilusória. A ideia é a de classificar os casos problemáticos em questão por analogia com os casos que atrás considerámos como possíveis casos de referência meramente aparente, não genuína. Naturalmente, se nem sequer há nesses casos referência, *a fortiori* também não há referência ao não ser, ou ao inexistente, de modo que é preservada a suficiência da referência para a objectualidade.

Em relação aos casos de alegada referência a *possibilia* e a objectos futuros, é pelo menos razoável argumentar que é suspeita, ou algo *ad hoc*, a introdução de nomes na linguagem ('Futura', 'Vitinho') através de descrições identificadoras que, com a ajuda do mundo, os dotem de uma referência ('A primeira pessoa a nascer no século XXIII', 'O filho possível de Wittgenstein'). Pode-se argumentar, e tem-se argumentado, que estipulações deste género não são suficientes para introduzir nomes ou termos singulares genuínos. Alega-se que

a introdução de tais nomes na linguagem, e dos putativos objectos correspondentes, assemelha-se mais a um truque de magia do que a outra coisa. Na realidade, o que assim se faz é apenas descrever ou caracterizar genericamente objectos, e não propriamente nomear ou fazer uma referência singular a objectos. Tratar-se-ia, por conseguinte, de referências singulares meramente aparentes, não reais, de pseudo-nomes, não de nomes.

Todavia, mesmo supondo que esta estratégia argumentativa funciona para aqueles dois tipos de casos, parece ser extremamente difícil fazê-la funcionar para os casos em que parece haver mesmo uma referência singular a objectos passados (Sócrates). De facto, não há aqui quaisquer descrições identificadoras a fixar a referência dos nomes. Estes já existem na linguagem, não são introduzidos através de quaisquer estipulações ou regras. É muito difícil olhar para tais casos como casos de nomeação aparente. Parece que somos assim obrigados a considerar que um nome como 'Sócrates', ao ocorrer numa frase (verdadeira) como 'Sócrates é famoso', se refere agora ao conhecido filósofo grego. E que a frase é verdadeira (agora) porque a pessoa referida pelo nome, a pessoa Sócrates, é famosa (agora). Mas isto parece comprometer-nos ontologicamente com o ser ou a existência no presente de objectos passados. Ou seja, parece forçar-nos a adoptar o ponto de vista que designámos antes como Passadismo.

Claro que seria dessa maneira preservada a suficiência da condição da referência para a objectualidade, pois não teríamos aqui um caso de referência sem ser ou existir. E o mesmo género de estratégia poderia ser subsequentemente aplicada, por razões de uniformidade, a casos de alegada referência a objectos futuros ou a objectos meramente possíveis (se quiséssemos olhar para estes como casos de referência singular genuína). Mas o preço final a pagar, o de um compromisso com uma ontologia passadista – e possivelmente também com uma ontologia futurista ou possibilista – seria, de novo, grande – supondo que aquilo que desejamos alcançar é uma caracterização da noção de objecto que não exclua à partida posições ontológicas rivais como o presentismo e o actualismo. E isto poderia ser tomado como uma razão para, no final de contas, deixarmos cair a suficiência da condição de referência para a objectualidade, e, com ela, toda a concepção Meinongiana. Para além disso, é difícil harmonizar esta réplica com um aspecto constitutivo do Meinongianismo, dado na tese de que

praticamente todo o termo singular bem-formado se refere a um objecto, bem como na associada rejeição da ideia de uma referência meramente aparente.

### **Réplica (b): Referência, ser, inexistência**

O ponto de partida desta réplica é a adopção, frequente em muitas das versões de Meinongianismo,<sup>19</sup> de uma distinção entre ser e existir. A ideia subjacente é a de que, embora todos os objectos existentes sejam algo, há objectos que não existem (e.g. números, quadrados redondos, entidades da ficção, etc.).

Se esta distinção for feita, então o caminho fica aberto para dizer que algo, certos objectos, são na realidade referidos nos três casos problemáticos atrás introduzidos. Se assim o desejarmos, temos aí uma referência singular a objectos passados, objectos futuros e meros possibilita. Mas esses objectos, apesar de serem algo, apesar de terem ser, não existem (no sentido em que não estão no espaço-tempo, ou não são causalmente eficazes, ou algo do género).

Também aqui, à luz desta réplica, a suficiência da condição de referência para a objectualidade seria preservada. Mas sê-lo-ia à custa da adopção de uma distinção entre ser e existência que alguém poderia não estar disposto a aceitar. De novo, o preço a pagar poderia ser visto como elevado para quem quisesse ter uma noção de objecto que não excluísse à partida o ponto de vista de que ser algo e existir são uma e a mesma coisa. Note-se que este ponto de vista, que introduzimos na réplica seguinte, é partilhado, embora com base em razões muito díspares, quer por filósofos que subscrevem a concepção quantificacional, como Frege, Quine e Van Inwagen (entre outros), quer por filósofos que a rejeitam, como Routley, Priest e outros.

Em todo o caso, a réplica (b) é, de todas as réplicas sob consideração, a que está mais perto de ser subscrita por muitos proponentes do Meinongianismo.

### **Réplica (c): Referência, ser, existência**

Esta réplica combina uma identificação de ser e existir com a adopção de uma noção mais lata de existência, distinta da noção estrita usada na réplica anterior. Se assim quiséssemos, estaríamos nessa base em condições de dizer, com respeito aos três géneros de casos sob

<sup>19</sup> Russell (1964) e Parsons (1980).

consideração, que os objectos passados, futuros e meramente possíveis que são aí objecto de referência singular, não só são, têm ser, como também existem<sup>20</sup> (o que é, por hipótese, o mesmo). Mas teríamos naturalmente de dizer que tais objectos existem num sentido lato ou puramente lógico de existência, basicamente o sentido no qual existir é ser (idêntico a) algo.

Neste ponto de vista, as nossas três noções centrais – **ser um objecto**, **ser algo** e **existir** – são vistas como no mínimo co-extensionais, o que torna muito difícil a sua aceitação de um ponto de vista Meinongiano. (A tese de que alguns<sup>21</sup> objectos não existem é constitutiva do Meinongianismo em geral.)

Em todo o caso, a suficiência da condição da referência para a objectualidade seria igualmente preservada nesta réplica, supondo que os casos problemáticos são casos de referência genuína. Teríamos aí referências singulares ao que é ou existe (Sócrates, Futura, Vitinho). Todavia, de novo, excluiríamos dessa maneira à partida posições ontológicas presentistas e actualistas acerca de objectos passados, objectos futuros e objectos meramente possíveis. Seria talvez preferível termos uma concepção do ser e da objectualidade na qual tais posições não fossem excluídas à partida.

#### **Réplica (d): Ponto de vista tripartido**

Esta réplica consiste numa tentativa de combinar as seguintes três teses: (1) o presentismo (no caso temporal) e o actualismo (no caso modal); (2) A tese de que uma referência singular ao não ser é possível; (3) a tese de que ser e existir são uma e a mesma coisa. Harmonizar estas três teses é difícil, mas não impossível. As considerações seguintes vão tentativamente nessa direcção. Naturalmente, este ponto de vista tripartido dificilmente seria subscrito de um ponto de vista Meinongiano, sobretudo em virtude da concepção quantificacional estrita que lhe está subjacente.

O primeiro passo é reformular a conexão entre referência e ser. Estava anteriormente implícita uma conexão do seguinte género:

<sup>20</sup> Williamson (2013: 22 e seguintes).

<sup>21</sup> Para contemplar também as posições Nadistas (ver Adenda), o determinante 'alguns' tem de ser interpretado como o quantificador particular, existencialmente neutro.



**(4) Uma condição necessária para um termo *t* se referir a um objecto *x* relativamente a um tempo *i*, respectivamente a um mundo *m*, é *x* ser algo em *i*, respectivamente em *m*.**

A referência a um objecto com respeito a uma ocasião ou mundo exige assim que esse objecto esteja disponível nessa mesma ocasião ou mundo possível. Ora, assumindo já a tese (3) (ser = existir), vamos agora substituir a conexão (4) por uma conexão menos rígida, do seguinte tipo:

**(4)\* Uma condição necessária para um termo *t* se referir a um objecto *x* relativamente a um mundo *m* ou a um tempo *i* é *x* existir em pelo menos um mundo *m\** (não necessariamente *m*) ou em pelo menos um tempo *i\** (não necessariamente *i*).**

Não se exige agora que, para um termo se referir a um objecto com respeito a uma ocasião ou mundo, esse objecto exista nessa ocasião ou mundo. Exige-se apenas para tal que o objecto em questão exista em alguma ocasião (passada, futura ou presente relativamente a essa ocasião) ou em algum mundo possível (acessível a partir desse mundo).

À luz desta reformulação, os casos introduzidos antes ('Sócrates', 'Futura', 'Vitinho') podem ser vistos como casos de referência singular a objectos, sendo assim preservada a suficiência da condição da referência para a objectualidade. E, à luz de (4)\*, esses objectos podem bem não existir nas ocasiões ou mundos relativamente aos quais a referência singular é feita. O que satisfaz a tese (2), ou seja, a possibilidade da referência singular ao não ser, a objectos inexistentes. Por outro lado, a posição até aqui esboçada é consistente com o presentismo, a tese (1) de que só há (agora) objectos presentes, e com o actualismo, a tese (1) de que só há (realmente) objectos actuais.

Todavia, há pelo menos um preço a pagar. Esse preço consiste basicamente no abandono de certas formas válidas de inferência da lógica standard ou clássica de predicados.

Para ilustrar, vejamos como é que a réplica (d) poderia lidar com frases aparentemente verdadeiras como 'Sócrates é famoso', em que a verdade da frase é relativa ao momento presente, digamos *i*. Como Sócrates existiu numa ocasião passada (relativamente à ocasião

presente **i**), está aberta a possibilidade de o nome 'Sócrates' se referir a Sócrates relativamente a **i**. Mas, assumindo o presentismo, da verdade daquela frase (relativamente a **i**) não se segue, por generalização existencial, a verdade da seguinte frase (relativamente a **i**): 'Alguém é famoso'; ou a verdade da frase 'Há pelo menos uma pessoa **x** tal que **x** é Sócrates e **x** é famosa' (relativamente a **i**). A concepção tripartida obriga-nos assim a colocar restrições sobre a validade de inferências que vão de premissas da forma **Ft**, em que **t** é um termo singular, para conclusões da forma  $\exists x Fx$  ou  $\exists x (t = x \wedge Fx)$ . Essas inferências são válidas sem quaisquer restrições na lógica clássica da quantificação. Mas deixam de o ser à luz da concepção subjacente à réplica (d). A restrição imposta nesta concepção é a restrição tipicamente imposta em algumas das chamadas lógicas livres, nas quais as inferências por generalização existencial assumem a seguinte forma (com uma premissa existencial adicional):

$$Fa, \exists x a = x \therefore \exists x Fx, \exists x (a = x \wedge Fx)$$

Esta revisão da lógica standard pode não ser vista com simpatia por adversários do presentismo. Porém, note-se que, apesar de não podermos inferir as frases 'Alguém é famoso', 'Pelo menos uma pessoa é famosa e essa pessoa é Sócrates' da verdade da frase 'Sócrates é famoso', podemos sempre, à luz da posição d), inferir, da verdade desta frase tomada como premissa, frases como 'Houve pessoas famosas', 'No passado, pelo menos uma pessoa é famosa e essa pessoa é Sócrates'.

O mesmo tipo de estratégia subjacente à réplica d) poderia ser aplicada a frases como 'Sócrates não existe' tomada como avaliada relativamente ao momento presente. Aliás, estas frases existenciais negativas, se verdadeiras, servem justamente para motivar a posição presentista. E, se assim quiséssemos, a estratégia d) poderia ser igualmente aplicada ao caso da referência singular a objectos futuros e ao caso da referência singular a objectos meramente possíveis.

A nossa conclusão geral com respeito à concepção Meinongiana da objectualidade é a seguinte. Mesmo que a suficiência da referência para a objectualidade seja concedida, apesar das reservas surgidas na discussão anterior, a referência parece não ser em todo o caso necessária para a objectualidade. Por um lado, há algumas dúvidas sobre a tese de que qualquer objecto intencional é um objecto *simpliciter*.

Por outro, mais dúvidas há sobre a tese conversada de que todo o objecto é um objecto intencional, um objecto do pensamento. Como estas duas teses são constitutivas da noção Meinongiana de objecto, esta não parece ser apropriada para fins de meta-ontologia.

### **Adenda: As concepções quantificacional e predicativa à luz do Nadismo**

Como é que as caracterizações quantificacional e predicativa da noção de objecto seriam avaliadas pelo neo-Meinongianismo Nadista de Routley-Priest? Esta é uma posição que, apesar de partilhar muito da concepção Meinongiana discutida na secção anterior, diverge desta em aspectos importantes. Em particular, segundo o Nadismo, não há qualquer distinção a fazer entre as noções de ser e existência. A distinção básica feita nesta posição é antes entre a noção mais inclusiva de ser um objecto e a noção mais estrita de ser ou existir, dada na tese geral de que alguns objectos não são nada.

Começemos pela caracterização quantificacional. O que dizer, de um ponto de vista Nadista, da fórmula **x é um objecto se, e só se, x é idêntico a algo (x é um de tudo)**? Tudo depende da interpretação dos quantificadores naturais 'algo', 'tudo'.

Se o quantificador 'algo' receber a interpretação habitual, em termos de quantificação existencial, com **x é idêntico a algo** regimentada como  $\exists y x = y$ , então a caracterização quantificacional é falsa de um ponto de vista Nadista. De facto, nesse ponto de vista, o não-ser está disponível entre os objectos. Alguns objectos, por exemplo quadrados redondos e quimeras, não são nada. Como ser e existir são a mesma coisa, esses objectos nem são nem existem. Note-se que **Alguns objectos não são nada**, não são idênticos ao que quer que seja, não é uma contradição no Nadismo. Como efeito, o quantificador natural **Alguns** recebe aí a interpretação do **quantificador particular ALGUM**, o qual não tem qualquer compromisso existencial. Aquela afirmação ficaria assim regimentada como **ALGUM x:  $\neg \exists y x = y$** .

No Nadismo, a bicondicional definidora da concepção quantificacional é, naquela interpretação, falsa do lado esquerdo para o lado direito. Por outras palavras, a condição da quantificação não é necessária para a objectualidade. Por outro lado, a bicondicional do lado

direito para o esquerdo seria verdadeira de um ponto de vista Nadista: **Se  $x$  é/existe, então  $x$  é um objecto.**

Todavia, se na fórmula definidora da concepção quantificacional o quantificador natural ‘algo’ receber a interpretação particular, em termos do quantificador **ALGUM**, então essa concepção é verdadeira de um ponto de vista Nadista:  $x$  é um objecto se, e só se, **ALGUM  $y$ :  $x = y$** . De facto, objectos são valores de variáveis ligadas pelo quantificador particular. E podemos continuar a dizer que ser um objecto é ser um de tudo, é pertencer a um domínio de quantificação, desde que a tal não atribuamos qualquer força existencial.

Vejam agora, para terminar, como é que a concepção predicativa, dada na fórmula  **$x$  é um objecto se, e só se,  $x$  tem propriedades**, seria avaliada de um ponto de vista Nadista.

Meinong distinguia liminarmente entre duas noções: ser (*sein*) e ter propriedades (*hosein*).<sup>22</sup> A ideia é a de nem tudo o que tem propriedades tem ser, é. O quadrado redondo, um objecto, tem a propriedade de ser um quadrado. Todavia, o quadrado redondo não tem ser, não é (e também não existe, pois não há diferença entre ser e existir). Assim, o Nadismo parece ser inconsistente com o princípio metafísico diversamente designado como **Actualismo de Propriedades**, por Kit Fine, **Exigência de Ser**, por Williamson, e **Actualismo Sério**, por Alvin Plantinga.<sup>23</sup> Esse princípio é aproximadamente o seguinte: **É impossível algo ter propriedades e não ser nada**. Todavia, tal inconsistência apenas mostra que, para o Nadismo, o seguinte não é o caso: **Necessariamente, se  $x$  tem propriedades então  $x$  é**. Não mostra que o seguinte não é o caso: **Necessariamente, se  $x$  tem propriedades então  $x$  é um objecto**. De facto, esta afirmação resulta verdadeira de um ponto de vista Nadista se a interpretarmos do seguinte modo, lendo ‘algum’ no sentido do quantificador particular: **Necessariamente, se  $x$  tem propriedades então, para algum  $y$ ,  $x$  é idêntico a  $y$** .

Por conseguinte, teríamos deste modo uma versão da concepção aristotélica que seria aceitável de um ponto de vista Nadista:  **$x$  é um objecto – para algum  $y$ ,  $x$  é idêntico a  $y$  (ALGUM  $y$ :  $x = y$ ) –**

<sup>22</sup> Priest (2005: 82).

<sup>23</sup> Ver Fine (2005: 194-198), Williamson (2013: 148-159) e Plantinga (2003: 198-203).

**se, e só se, x tem propriedades.** O lado direito da bicondicional seria igualmente interpretado em termos do quantificador particular, sem atribuir à quantificação sobre propriedades qualquer força existencial; **x tem propriedades** ficaria assim: **Para alguma propriedade P, x tem P.**

João Braquinho  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
jbranquinho@campus.ul.pt

### Referências

- Fine, K. 2005. Plantinga on the Reduction of Possibilist Discourse. Reprinted in K. Fine. *Modality and Tense. Philosophical Papers*. Oxford: Clarendon Press: 176-213.
- Frege, Gottlob. 1892/[1951]. On concept and object. Translated by P.T. Geach and Max Black. *Mind* 60(238): 168–180.
- Johnston, M. 1993. Objectivity refigured: Pragmatism without verificationism. In John Haldane and Crispin Wright (eds.). *Reality, Representation, and Projection*. Oxford University Press, 85-130.
- Lewis, D. and S. Lewis. 1970. Holes. *Australasian Journal of Philosophy* 48(2): 206-212.
- Lewis, D. 1983. New work for a theory of universals. *Australasian Journal of Philosophy* 61(4):343-377.
- Lowe, J. 2005. Things. *The Oxford Companion to Philosophy*, second edition. Oxford: Oxford University Press.
- Parsons, Terence 1980. *Nonexistent Objects*. New Haven: Yale University Press.
- Plantinga, A. 2003. Two Concepts of Modality: Modal Realism and Modal Reductionism. Reprinted in A. Plantinga. *Essays in the Metaphysics of Modality*. Edited by M. Davidson. Oxford: Oxford University Press, 192-228.
- Priest, G. 2005. *Towards Non-Being. The Logic and Metaphysics of Intentionality*. Oxford: Oxford University Press.
- Quine, W.V.O. 1980. On What There Is. Reprinted in W.V.O. Quine. *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1-19.
- Quine, W.V.O. 1969. Existence and Quantification. In W.V.O. Quine. *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 91-113.
- Rettler, B. and A. Bailey. 2017. Object. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: CSLI.
- Routley, R. 1982. On What There Isn't. *Philosophy and Phenomenological Research* 43: 151-178.
- Russell, B. 1964. *Principles of Mathematics*. 2nd edition. New York: Norton
- Salmon, N. 1987. Existence. *Philosophical Perspectives*, Vol. 1. *Metaphysics*: 49-108.
- Van Inwagen, P. 2009. Being, Existence, and Ontological Commitment. In David Chalmers, David Manley, and Ryan Wasserman (eds.). *Metametaphysics. New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Oxford University Press, 472–506.
- Williamson, T. 2003. Everything. *Philosophical Perspectives* 17: 415–465.
- Williamson, T. 2007. *The Philosophy of Philosophy*. Oxford: Blackwell.
- Williamson 2013. *Modal Logic as Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press.